



Fernando Bezerra (E), Sérgio Guerra, José Carlos Aleluia, Sérgio Miranda, Jorge Bittar e Romero Jucá: comissão sugere mudanças

Márcia Kolumbe

## Dois passos para moralizar Orçamento

Parlamentares propõem reduzir à metade o número de membros da CMO. E ministro anuncia que governo exigirá de estados e municípios uso de pregão eletrônico nas compras com recursos da União

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) poderá ficar com 30 deputados e dez senadores. A proposta é da comissão criada pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo,

para sugerir modificações na tramitação do Orçamento da União. Com um colegiado menor, acreditam os parlamentares, será mais fácil promover votações, evitando atrasos na aprovação da lei orçamentária. O ministro do

Planejamento, Paulo Bernardo, anunciou ontem na CMO que o governo federal vai baixar portaria obrigando o uso do pregão eletrônico para impedir fraudes como as ocorridas nas compras de ambulâncias. **Página 3**

Comissão deve debater crise com embaixador na Bolívia **Página 4**

Aprovado projeto de Pavan que cria o vale-hospedagem **Página 8**

Proibição da venda de anabolizantes vai ao exame do Plenário **Página 3**

## Senado celebra 180 anos: postura firme nos momentos de crise



Na solenidade, Sarney, Renan, Tião Viana, Ellen Gracie e ACM

A importância do Senado nos momentos de crise foi destacada pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, que ontem ocupava a Presidência da República. Na sessão especial, diversos senadores ressaltaram os serviços prestados pelo Senado ao país em quase dois séculos de atividades. **Páginas 6 e 7**



Banda de Fuzileiros Navais toca o Hino Nacional na abertura da sessão especial, que contou com a presença de ex-parlamentares e ex-servidores

J. Freitas

Célio Azevedo

Senador adverte equipe econômica do governo para problemas nos setores calçadista e madeireiro, especialmente no Paraná, e atribui à “política cambial irreal” a queda de vendas

## Osmar: cai competitividade da indústria brasileira no exterior

Em discurso no Plenário, Osmar Dias (PDT-PR) advertiu a equipe econômica do governo para a perda de competitividade da indústria brasileira no exterior. O senador citou dados do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial e da Fundação Centro de Estudos para o Comércio Exterior, que apontam uma queda de 40% na competitividade dos produtos brasileiros nos Estados Unidos e na União Européia, entre 2002 e 2006. Ele atribuiu esse resultado à política cambial adotada em 1999 e mantida inalterada pelo atual presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, de valorizar



Osmar questiona otimismo do presidente Lula com a estabilidade econômica

o real perante o dólar.

Entre os setores mais atingidos no Paraná pela “política cambial irreal”, Osmar Dias destacou a indústria calçadista e o setor madeireiro, sendo que este último já teria

demitido 5 mil trabalhadores.

Diante desses números, o senador questionou a razão de tanto otimismo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a estabilidade econômica e com a sua política externa.

— Ora, o Brasil só cresceu 2,3% no ano passado. Crescemos menos que toda a América Latina e só ficamos à frente do Haiti. Até o Paraguai, com todo o respeito, atingiu níveis de crescimento razoáveis para um país de suas dimensões — observou o parlamentar, acrescentando que o fato demonstra a falta de informação do governo sobre a realidade econômica do país.

## Simon alerta para problemas nas exportações do Rio Grande do Sul

Pedro Simon (PMDB-RS) alertou os senadores para a crise do setor exportador do Rio Grande do Sul. Segundo afirmou, a estiagem e a taxa de câmbio sobrevalorizada, agravadas pelo não-cumprimento da Lei Kandir, pela política de juros altos e pelo custo da dívida com a União, são os principais fatores que levaram o estado a ter crescimento de apenas 5% em suas vendas externas em 2005, ao passo que o resto do país registrou 23,1%.

O Rio Grande do Sul, observou, é o terceiro estado exportador do Brasil e responde por 8,8% do volume nacional do setor. Sua



“O presidente não pode administrar de costas para a nação”, afirma Simon

capacidade de competição, no entanto, encontra-se bastante debilitada, o que se reflete no mau desempenho da agropecuária.

Simon também chamou a atenção para os efeitos da crise no Vale do Calçado.

## “Propaganda do governo não condiz com a realidade”, afirma Pavan

Leonel Pavan (PSDB-SC) criticou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por fazer propaganda de um país que vai bem do ponto de vista econômico e social. Segundo o senador, o Brasil não está crescendo, as exportações estão caindo e o cenário é de total falta de perspectivas.

— O que o presidente fala não condiz com a verdade — disse.

O parlamentar citou o exemplo de Santa Catarina, estado em que as indústrias vivem sérias dificuldades, tendo exportado, em abril, 8% menos que em março. Pavan informou que a situação é mais grave na agroindústria e no setor moveleiro. Ele analisou também



Segundo Pavan, economia do país não cresce e as exportações estão em queda

a crise com a Bolívia.

— Santa Catarina depende do gás. Os empresários, especialmente os produtores de vidro, investiram bilhões na conversão para o combustível natural. Como eles vão substituir se o fornecimento faltar? — questionou.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Parlamentares lembram fim da escravidão

Hoje, às 10h, o Plenário realiza sessão especial. Os senadores vão celebrar a passagem dos 118 anos da Lei Áurea, que libertou os escravos em 13 de maio de 1888. O documento, assinado pela princesa Isabel, é atração de um dos painéis da exposição permanente do Túnel do Tempo, como é conhecido o corredor principal do Senado.

### Rádio Senado debate crise da Varig

A crise da Varig é o tema do próximo *Conexão Senado*, programa que a Rádio Senado apresenta na segunda-feira, às 12h. Em discussão, as consequências da iminente

falência da empresa. A crise já foi tema de dois debates em comissões do Senado, que devem ouvir na próxima semana os ministros do Desenvolvimento e da Previdência.

### Mudança da capital

Hoje, às 22h30, a TV Senado apresenta o especial *O Senado e Brasília*, parte das comemorações dos 180 anos da Casa. O programa mostra a luta de quase dois séculos do movimento que culminou com a mudança da sede do poder, em 1960.

### Canal aberto

Por meio do Alô Senado, o cidadão pode tirar dúvidas sobre propostas em tramitação na Casa. O serviço funciona das 8h às 20h, nos dias úteis, pelo telefone 0800 612210 e ainda pelo correio eletrônico [alosenado@senado.gov.br](mailto:alosenado@senado.gov.br).

### Mão Santa atribui crise a juros altos

O senador Mão Santa (PMDB-PI) voltou a criticar a política econômica do governo federal, apontando a pesada carga tributária e as altas taxas de juros — além da corrupção — como fatores que prejudicam a economia do país. Ele lembrou que o Brasil caiu da 57ª posição para a 65ª no ranking de competitividade divulgado pelo Fórum Econômico Mundial no ano passado. “E devemos perder mais posições”, disse o parlamentar.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Shlessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:**

Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Davi Emerich e Silvia Gomide (interina) (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

*Site:* [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - *E-mail:* [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

*Tel.:* 0800 61-2211 - *Fax:* (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, João Alberto Souza, José Maranhão, Aelton Freitas, Gilvam Borges, Geraldo Mesquita Júnior e Mão Santa e pela senadora Serys Shlessarenko



Iniciativas são impostas sem consulta à população local, afirma Mestrinho

## Mestrinho critica demarcação de terras no Amazonas

Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) voltou a criticar em Plenário a forma como o governo federal vem conduzindo o processo de demarcação de terras na região amazônica para criação de reservas indígenas e áreas de proteção ambiental. Só no governo Lula, segundo informou o senador, foram criados por decreto 8,4 milhões de hectares de áreas protegidas e 9,3 milhões de hectares de reservas indígenas.

Além de acusar o poder público de impor essas iniciativas sem consulta à população local, Mestrinho afirmou que tais ações desrespeitam a legislação sobre o assunto. Para ilustrar seu protesto, o senador tomou como exemplo o Amazonas, que reúne 18% do território nacional, mas tem apenas 20% de suas terras liberadas para exploração produtiva. Outro fato a lhe causar indignação é o tombamento de 50,01% do território amazônico para implantação de reservas indígenas e áreas de proteção ambiental.

## Marcos Guerra assume mandato pelo Espírito Santo

O primeiro suplente de Gerson Camata (PMDB-ES), Marcos Guerra, assumiu o mandato de senador ontem. Marcos Guerra vai representar o Espírito Santo pelo PSDB e retorna ao Senado em substituição a Camata, que foi indicado para exercer o cargo de secretário de Estado.

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), falou de sua imensa alegria com o retorno de Marcos Guerra, representante do pequeno e microempresariado capixaba. Sua presença eleva a bancada tucana para 16 senadores. Embora tenha lamentado a saída de um peemedebista, o líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PB), apontou afinidades entre as duas bancadas e ressaltou que Marcos Guerra “irá dar brilho ao Senado”.

Grupo que irá propor mudanças no Orçamento estuda proibir emendas das bancadas estaduais redigidas de forma genérica e reduzir o valor das emendas coletivas

# Comissão de Orçamento poderá ter apenas metade dos membros

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) poderá ficar com apenas a metade dos seus atuais parlamentares. A mudança será proposta pela comissão de três senadores e três deputados criada pelos presidentes do Senado e da Câmara, Renan Calheiros e Aldo Rebelo, para propor mudanças no rito de tramitação do Orçamento da União.

Com um colegiado menor, será mais fácil reunir os parlamentares para votação, evitando atrasos no exame do projeto orçamentário, como neste ano. A CMO tem hoje 63 deputados e 21 senadores e, segundo Fernando Bezerra (PMDB-RN), líder do governo no Congresso e integrante do grupo que estuda as mudanças, a idéia é ficar com 30 deputados e dez senadores.

Depois da primeira reunião da comissão, ontem, o líder informou que há consenso em

sugerir a proibição de emendas das bancadas estaduais redigidas de forma genérica. Esta redação abre a possibilidade de ocorrerem irregularidades, com a subdivisão de uma emenda de elevado valor, durante sua execução por parte do governo, em vários projetos de interesse individual de cada um dos parlamentares que a assinaram.

Segundo o senador Romero Jucá (PMDB-RR), que participa dos estudos, poderá ser apresentada, por exemplo, uma emenda para construção de um posto de saúde em um determinado município, mas não “postos de saúde no estado”. Jucá informou ainda que há consenso em se criar um relator de receitas na Comissão de Orçamento, trabalho hoje a cargo do relator-geral do projeto orçamentário. Assim, um cuidará das receitas e o outro tratará dos gastos. A intenção é

reduzir o poder colocado nas mãos do relator-geral.

O grupo está trabalhando em cima de um projeto do deputado Ricardo Barros (PP-PR), fruto de comissão mista que estudou o assunto longamente no ano passado. Segundo Fernando Bezerra, ainda não há acordo sobre o número de emendas que as bancadas de deputados e senadores poderão apresentar, mas “é quase certo” que essas emendas coletivas terão limite de valor, o que hoje não existe. Não se pretende mexer nas 20 emendas que todo deputado ou senador pode apresentar.

O líder do governo espera um acordo até terça-feira, quando o grupo voltará a se reunir. O trabalho será entregue na quarta aos presidentes do Senado e da Câmara, que devem apresentá-lo para votação no Plenário do Congresso.

## Pregão eletrônico deve evitar novas fraudes

O governo federal vai baixar portaria para regulamentar decreto que obriga estados, prefeituras e organizações sociais a utilizarem o sistema de pregão eletrônico quando forem efetuadas compras com recursos de repasses oriundos do Orçamento da União. O anúncio foi feito ontem pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, durante audiência pública na Comissão Mista de Orçamento.

– Se essa portaria já estivesse implementada, certamente não teriam ocorrido as fraudes nas compras de ambulâncias – reconheceu o ministro.

Paulo Bernardo referia-se às denúncias de fraudes e superfaturamento em licitações para compra de ambulâncias por prefeituras e entidades do terceiro setor, com recursos de emendas parlamentares ao Orçamento. Os fatos vieram à tona com a divulgação da Operação Sanguessuga, realizada pela Polícia Federal em conjunto com a Controladoria Geral da União (CGU).

Na audiência destinada a debates sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)



Paulo Bernardo (E), ao lado de Gilmar Machado e Romero Jucá, fala à comissão

para 2007, o ministro confirmou a disposição de manter mecanismo introduzido na LDO que autoriza o governo a efetuar despesas previstas no Orçamento sem que a proposta orçamentária tenha sido votada pelo Congresso e sancionada até 31 de dezembro. O objetivo desse instrumento seria impedir, na visão do Executivo, que atrasos na votação da lei deixe o governo sem recursos para gastos importantes.

A inclusão do novo mecanismo na lei orçamentária voltou a ser criticada por parlamentares na audiência, que vêm na iniciativa um avanço do Executivo sobre a prerrogativa do Legislativo em debater e aprovar os gastos orçamentários. O próprio

relator da LDO 2007, senador Romero Jucá, em esclarecimentos durante a audiência, adiantou que estudará um mecanismo alternativo que satisfaça aos dois Poderes.

### Nova reforma

O ministro do Planejamento voltou a apoiar a tese da necessidade de uma nova reforma na Previdência Social para conter a evolução dos gastos na área. Ele apresentou dados demonstrando que as despesas previdenciárias evoluíram de 4,8% para 7,6% sobre o produto interno bruto (PIB), entre 1995 e 2005. Paulo Bernardo ressaltou, no entanto, que o governo não está encaminhando estudos para novas mudanças.

## Punição à venda de anabolizantes vai a exame do Plenário

O Plenário do Senado terá de votar o substitutivo ao projeto de lei (PLS 124/05) do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) que pune com reclusão de dois a cinco anos e multa quem vende ou aplica medicamentos do grupo terapêutico dos esteróides ou peptídeos anabolizantes. O projeto, que altera a Lei 9.965/00, havia sido aprovado em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), mas, em decorrência de recurso apresentado, irá a Plenário.

A partir de hoje, começa a contar o prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas à proposta. Se aprovado em Plenário, o projeto seguirá para a Câmara.

Segundo o relator da matéria, senador Augusto Botelho (PDT-RR), a proposta de Papaléo Paes inova ao punir a venda ou a aplicação de anabolizantes como crime equivalente ao tráfico ilícito de substância entorpecente. O parlamentar lembrou que, embora seja proibida a venda de anabolizantes em casas veterinárias, esses estabelecimentos comerciais vendem o produto porque não há no Brasil norma legal para punir a atividade.

## Plenário analisa concessão de bolsas a universitário pobre

O senador Wellington Salgado (PMDB-MG) anunciou que está recolhendo assinaturas para requerer a votação, em Plenário, do projeto de lei que reserva 15% das vagas em universidades particulares para alunos com renda familiar *per capita* máxima de um salário mínimo e meio. O projeto (PLS 01/04) é do senador Paulo Paim (PT-RS), que já havia sido informado da iniciativa e afirmou concordar com ela.

Wellington Salgado, que é dono da rede de universidades particulares Salgado de Oliveira (Universo), disse que espera discutir pontos da proposta. O parlamentar repudiou a atitude dos órgãos representativos das faculdades privadas, que criticam a iniciativa de Paulo Paim e consideram o projeto inconstitucional.

A matéria foi aprovada no último dia 2 de maio, em caráter terminativo, pela Comissão de Educação do Senado. Se não houvesse recurso para votação em Plenário, o projeto iria diretamente para a Câmara dos Deputados.

Segundo Arthur Virgílio, autor do requerimento aprovado pela comissão, Antonino Mena Gonçalves "tem a vantagem de ter visto a crise *in loco*"

## Embaixador do Brasil na Bolívia virá ao Senado

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem requerimento do líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), convidando o embaixador do Brasil na Bolívia, Antonino Mena Gonçalves, para prestar esclarecimentos sobre a decisão do governo boliviano de nacionalizar a exploração de gás e petróleo do país. "O embaixador Mena Gonçalves tem a vantagem de ter visto a crise *in loco*", disse Virgílio ao justificar sua proposta.

Para debater o mesmo tema, a CRE marcou para terça-feira, às 9h30, audiência pública com o ministro de Minas e Energia, Silas Rondon, e o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli.

Ainda ontem, o colegiado apro-



Comissão de Relações Exteriores convida embaixador para debater nacionalização do gás e do petróleo na Bolívia

vou projeto de decreto legislativo (PDS 202/06) que estabelece acordo de cooperação policial entre o Brasil e o Uruguai. O relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS), destacou a importância do tratado, em especial para as áreas de fronteira. Ele ainda relatou tratado de cooperação no campo do turismo entre Brasil e Síria

(PDC 203/06), ratificado pela comissão.

Acordo sobre assistência judiciária mútua em matéria penal entre o Brasil e a China, relatado por Eduardo Azeredo (PSDB-MG), foi aprovado por meio de decreto legislativo (PDC 1.158/05). O texto do tratado de extradição (PDC 201/06) entre o Brasil e a

República Dominicana, relatado por Romeu Tuma (PFL-SP), também foi aprovado.

Tuma ainda relatou o projeto de decreto legislativo (PDC 197/06) que aprova texto da Convenção Interamericana sobre Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior. Com relatório do senador Marco Maciel (PFL-PE), a comissão aprovou contrato de cooperação entre os estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa sobre o combate à Aids.

A cooperação nos usos pacíficos do espaço exterior é o título do tratado celebrado entre Brasil e Ucrânia objeto de decreto legislativo (PDC 1.064/01) relatado por Serys Shessarenko (PT-MT), também aprovado pela CRE.



Alvaro Dias: novas ameaças bolivianas exigem que Lula assuma negociações

## Lula deve negociar pessoalmente com Morales, diz Alvaro

Alvaro Dias (PSDB-PR) exigiu que o presidente Lula assumisse pessoalmente as negociações com o presidente da Bolívia, Evo Morales, diante das novas ameaças às empresas brasileiras instaladas naquele país, feitas ontem na IV Cúpula da América Latina e Caribe/União Européia, em Viena. Morales manifestou a determinação de expropriar as empresas estrangeiras com investimentos em gás e petróleo na Bolívia, em particular a Petrobras, bem como a de expulsar produtores de soja brasileiros por supostamente produzirem em solo boliviano de modo inconstitucional.

Para o senador, não só o governo deve dar explicações sobre as condições em que foram realizados os contratos com as empresas brasileiras, mas principalmente preservar direitos adquiridos pelo Brasil na Bolívia.

O presidente boliviano teria se queixado, disse Alvaro Dias, de que, antes de anunciar a nacionalização dos recursos minerais daquele país, tentara se comunicar com o presidente Lula, e teria tido o pedido negado por seus assessores. A própria oposição, frisou o senador, alertara que era necessário o governo brasileiro comandar as negociações em curso, diante das ameaças crescentes reveladas pelas afirmações de Morales de que a segurança jurídica de contratos era da alçada do Executivo e não do Judiciário.

## Renan afirma que pensa como Lula sobre a crise com o país vizinho

No exercício do cargo de presidente da República, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem que sua opinião sobre o conflito diplomático entre o Brasil e a Bolívia é a mesma do presidente Lula. Renan foi indagado por jornalistas sobre as últimas declarações do presidente boliviano, Evo Morales, de que não indenizará empresas petrolíferas afetadas por seu decreto de nacionalização.

Evo Morales deu as declarações em Viena, onde se encontra participando da IV Cúpula da América Latina e Caribe/União Européia, ao lado do presidente Lula e de outros chefes de Estado. Segundo agências de notícias, o presidente boliviano acusou a Petrobras de manter contratos ilegais e inconstitucionais em seu país.

– Esse é um assunto de Estado, que está sendo conduzido pelo



Presidente da República, Renan (C) recebe documento "Brasil: para um projeto de consenso"

presidente Lula, e eu sou solidário com o que ele pensa – declarou.

Renan informou que responde interinamente pela Presidência da República pelo prazo de três dias e que se conduzirá com humildade e responsabilidade nesse período. Indagado sobre quando a presidente do Supremo Tribunal

Federal, Ellen Gracie, assumirá essa interinidade, Renan disse que na eventualidade de outra viagem de Lula ele se esforçará até para sair do país, a fim de que a ministra possa assumir o cargo.

Os jornalistas também perguntaram ao presidente se ele recebeu a lista apresentada por Maria da

Penha Lino, ex-funcionária do Ministério da Saúde, com os nomes dos 81 parlamentares suspeitos de se beneficiarem de licitações fraudulentas na compra de ambulâncias com dinheiro do Orçamento. Renan respondeu que recebeu e enviou a lista para a Corregedoria do Senado, a quem cabe providências nesse assunto.

– Não li. Não concordo com julgamentos – afirmou.

### Documento

Acompanhado dos senadores Roberto Saturnino (PT-RJ), Jefferson Péres (PDT-AM) e Cristovam Buarque (PDT-DF), o professor Hélio Jaguaribe entregou ontem a Renan Calheiros o documento atualizado "Brasil: para um projeto de consenso", que sugere metas e diretrizes para uma estratégia nacional de desenvolvimento.



Morales nacionalizou recursos bolivianos como retaliação, supõe Mesquita Júnior

## Mesquita Júnior protesta diante de declaração de Morales sobre o Acre

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) registrou, ontem, seu protesto diante de declaração que, segundo a imprensa, teria sido dada pelo presidente da Bolívia, Evo Morales, sobre o estado do Acre. Em entrevista coletiva na IV Cúpula da América Latina e Caribe/União Européia,

em Viena, Morales teria afirmado que, no início do século 20, o Brasil "trocou o Acre por um cavalo".

Para Mesquita Júnior, se o episódio relatado for verdadeiro, ele muda completamente o quadro da crise Brasil-Bolívia.

– Essa postura, inadmissível no

presidente de uma nação amiga, mostra que o que motivou Morales a nacionalizar os recursos naturais de seu país não foi sua preocupação com a soberania ou com os rumos da Bolívia, o que seria mais do que legítimo, mas sim uma necessidade de retaliação por ressentimentos pequenos

– afirmou.

Além disso, ressaltou o senador, Morales teria revelado desconhecimento histórico – Mesquita Júnior retificou que o Acre foi "conquistado à bala" na Revolução Acreana, liderada pelo coronel Plácido de Castro, com apoio da população local.

## Heloísa quer explicações do governo sobre decisão da Bolívia



Heloísa Helena

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) cobrou explicações do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva quanto à repercussão interna da decisão da Bolívia de nacionalizar suas reservas de petróleo e gás. Como a Petrobras fez investimentos milionários na construção do gasoduto Brasil-Bolívia no governo Fernando Henrique Cardoso, a parlamentar exigiu esclarecimentos sobre o futuro desses ativos, os termos da repactuação contratual entre a empresa brasileira e o governo boliviano e a eventual concessão de subsídios à indústria nacional para resguardar o consumidor brasileiro de aumento de preços.

## Brasil é submetido a “vexame internacional”, afirma Agripino

O líder do PFL, senador José Agripino Maia (RN), afirmou em Plenário que o silêncio do presidente Lula diante das declarações do presidente da Bolívia, Evo Morales, contrárias aos interesses brasileiros, na IV Cúpula da América Latina e Caribe/União Européia, em Viena, colocou o Brasil em situação de “vexame internacional”.

– O assunto não é banal, são milhares de empregos ameaçados – lembrou o parlamentar.

Para Agripino, a principal ameaça seria a demissão de milhares de trabalhadores, em especial na indústria vidreira no Sul do país, em decorrência das medidas tomadas pela Bolívia. O senador classificou Morales e o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, de “vedetes internacionais”.

Em aparte, Tasso Jereissati (PSDB-CE) criticou a política externa do governo federal.

## Para Heráclito, Lula descumpe compromissos e age contra o povo



Heráclito Fortes

Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva traiu o povo brasileiro ao agir contrariamente a tudo que defendeu durante sua militância no Partido dos Trabalhadores. Referindo-se ao episódio da nacionalização das refinarias da Petrobras de gás boliviano, o senador disse que Lula comportou-se como um presidente despreparado para a liturgia do cargo.

– Ao ser eleito presidente, preferiu adotar uma postura de companheiro de Hugo Chávez e depois de Evo Morales, esquecendo-se de que o Brasil tinha que ser tratado com mais reverência no caso da Bolívia – enfatizou.

## Para Virgílio, acordo de La Paz é prova da capitulação do Brasil

Ao se referir à reunião entre autoridades brasileiras e bolivianas, realizada na quarta-feira em La Paz, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), afirmou que o acordo firmado durante o encontro é a “prova da capitulação” do Brasil perante “a Bolívia do presidente Evo Morales”. Segundo o senador, o acordo reafirma o apoio do Brasil às decisões do governo boliviano.

– O Brasil não está sabendo defender seus direitos, é lamentável – disse o parlamentar.

De acordo com documento do Ministério das Relações Exteriores (MRE), os brasileiros reiteraram, na reunião, “seu absoluto respeito pelas decisões soberanas do governo e do povo bolivianos”.

Em resposta ao líder do PSDB, o senador Sibá Machado (PT-AC) ressaltou que o acordo fechado em La Paz “impede que

a Bolívia aumente o preço do gás” vendido ao Brasil.

Virgílio também leu manchetes e notícias de jornais brasileiros e estrangeiros, constatando o enfraquecimento do presidente Lula na posição de líder regional. O senador disse que a política externa do país parece ter dois comandos: o oficial, a cargo do ministro Celso Amorim, e um informal, capitaneado por Marco Aurélio Garcia, assessor da Presidência para Assuntos Internacionais.

Para justificar sua opinião, Virgílio citou matéria do *Correio Braziliense*, intitulada “Assessor de Lula critica Amorim”. O texto informa que um dia depois de o ministro das Relações Exteriores dizer que Morales é influenciado pelo governo venezuelano, Marco Aurélio Garcia classificou a observação como “insultante e racista”.

# Cristovam pede calma para evitar violência no conflito com Bolívia

Senador diz que impasse surgido com a nacionalização das reservas de gás e petróleo pelo governo boliviano “é uma questão de mercado, e não uma briga entre povos”

“Há momentos em que o papel de um líder é o de insuflar o povo de seu país, talvez até a guerra, se for preciso; mas há o momento de acalmar para evitar que conflitos, sobretudo com povos vizinhos, aumentem.” A afirmação foi feita ontem, da tribuna, pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), assinalando que a segunda alternativa é a que melhor cabe hoje para o Brasil no conflito estabelecido desde que a Bolívia nacionalizou suas reservas de gás.

Cristovam levantou a hipótese de ocorrer um apagão em qualquer hidrelétrica brasileira e se espalhar o boato de que o problema foi causado pelo presidente Evo Morales. No caso, previu, bolivianos poderão ser



Cristovam: estatização das refinarias foi um equívoco do presidente Evo Morales

constrangidos ou sofrer violência nas ruas de cidades brasileiras. Se isso acontecer, advertiu, a mesma situação poderá se repetir contra brasileiros que moram em território boliviano.

– Se houver violência contra dois ou três de um país e dois ou

três do outro, não sabemos como vai terminar esse conflito que há hoje entre o governo boliviano e uma empresa brasileira. Lógico que a Petrobras não é uma companhia qualquer, ela é produto da luta de várias gerações. Mas esse conflito é uma questão de mercado e não uma briga entre povos – ponderou o parlamentar.

Na avaliação de Cristovam, o presidente boliviano, Evo Morales, cometeu um equívoco ao imaginar que, após o processo de globalização, poderia nacionalizar refinarias impunemente. O parlamentar observou que, como a medida foi tomada e a população da Bolívia a está defendendo, o problema não é do Brasil, mas do próprio presidente do país vizinho e do seu povo.

## Suplicy e Heráclito apóiam apelo da mãe de brasileiro seqüestrado



Eduardo Suplicy

Depois de homenagear antecipadamente sua mãe, Filomena Matarazzo Suplicy, pelo Dia das Mães, Eduardo Suplicy (PT-SP) leu carta aberta escrita por Maria de Lourdes Mello Vasconcellos, mãe do engenheiro João José de Vasconcellos Júnior, seqüestrado no Iraque em 2005. O senador endossou as palavras de Maria de Lourdes e cobrou do presidente

Lula e do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, empenho na busca de solução para o seqüestro. Suplicy registrou que a iniciativa de ler a carta da mãe do engenheiro brasileiro partiu do senador e de Heráclito Fortes (PFL-PI).

## Ideli destaca sanção de lei que valoriza profissionais da educação



Ideli Salvatti

A sanção da Lei 11.301/06 – que trata das funções do magistério – foi destacada ontem por Ideli Salvatti (PT-SC). A senadora disse que, “quando se trata de educação, não se pode considerar apenas os professores que estão em sala de aula, pois, além deles, há todo um conjunto de profissionais que atuam na unidade escolar, e sem os quais a educação não obtém um nível de qualidade adequado”.

Uma das principais conseqüências da nova lei se refere à aposentadoria desses profissionais.

– É uma lei bastante singela, mas que faz justiça a uma luta de muitos anos do magistério brasileiro – declarou.

## José Maranhão cobra dados sobre ajuste fiscal da Paraíba



José Maranhão

– O valor da multa e a forma de pagamento são desconhecidos pela população, contribuinte de impostos e taxas. Consideramos que esse tipo de informação deve ser de domínio público.

José Maranhão (PMDB-PB) apresentou requerimento a ser encaminhado ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, solicitando informações sobre a situação fiscal da Paraíba. O senador indaga sobre a execução do programa de ajuste fiscal firmado com a União, já que a imprensa tem informado sobre multa imposta pelo Tesouro Nacional ao estado, em decorrência da falta de cumprimento das metas acordadas.



A importância e a história da instituição, que completou 180 anos no dia 6, foram lembradas por senadores na solenidade de ontem

## Sessão especial comemora os 180 anos do Senado

O Senado comemorou ontem, com uma sessão especial, seus 180 anos de existência, completados no último dia 6. Foram convidados para a cerimônia, além dos 81 senadores da atual legislatura, os 96 ex-senadores vivos e os dez ex-servidores mais antigos da Casa. A sessão foi aberta pelo vice-presidente da Casa, senador Tião Viana. Compuseram também a Mesa o presidente Renan Calheiros, dois ex-presidentes do Senado – José Sarney (PMDB-AP) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) –, além da presidenta do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie.

Renan participou da comemoração como presidente da República em exercício. Ao discursar durante a cerimônia, ele lembrou que nesses 180 anos o Brasil deixou de ser um país agrário, passou



Compuseram a Mesa José Sarney, Renan Calheiros, Tião Viana, a ministra Ellen Gracie (presidente do STF) e Antonio Carlos Magalhães

por uma rápida industrialização e viu evoluir suas instituições políticas.

– Ao longo da história, o Se-

nado, coerente com sua missão, defendeu e continuará a defender a idéia de uma Federação representativa e democrática – disse.

O senador e ex-presidente da República José Sarney destacou que poucos parlamentos do mundo têm tanto tempo de vida:

na América, apenas os do Brasil e dos Estados Unidos. Sarney ressaltou ainda que o Brasil é um país que tem a história marcada pelas instituições políticas.

– Fomos feitos sob a égide do poder político e não com batalhas, como os países da América espanhola – destacou Sarney.

Tião Viana, na presidência da sessão, afirmou que o Senado “é um orgulho para a República e para a democracia brasileira”, e que a história da Casa é escrita por todos os senadores que a ocupam. Ele destacou que a oposição, apesar de maioria atualmente, sempre se pauta pela governabilidade do país.

Na abertura da cerimônia, a Banda de Fuzileiros Navais tocou o *Hino Nacional*. Após a sessão, foi oferecido coquetel para 300 pessoas no Salão Nobre do Senado Federal.

### José Agripino



Célio Azevedo

### Legislativo é o Poder mais aberto à população

Durante a sessão especial em comemoração aos 180 anos do Senado, o líder do PFL, José Agripino (RN), afirmou que o Legislativo é o Poder mais aberto aos anseios da população.

Na sua opinião, as convocações de ministros de Estado e a instalação de comissões parlamentares de inquérito são instrumentos que aproximam o Parlamento da sociedade brasileira.

Agripino lembrou ainda que, entre os episódios marcantes da história do Brasil que tiveram início no Senado, está a abolição da escravatura, pois a ação do então senador João Alfredo Corrêa de Oliveira foi fundamental para que a princesa Isabel assinasse a Lei Áurea.

### Ney Suassuna



Roosevelt Pinheiro

### Luta pelos valores democráticos e pela justiça social

O líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PB), destacou que há quase dois séculos o Senado presta relevantes serviços ao Brasil e ao povo brasileiro. Por isso, observou, é uma instituição da qual se esperam ponderação, experiência e equilíbrio de atitudes, qualidades, segundo ele, próprias das pessoas mais experientes.

– Esta é uma Casa que luta pelos valores democráticos e pela justiça social, para que esta terra cumpra seu ideal de grande nação, para que o desenvolvimento tome conta de todo o território, para que haja uma distribuição mais justa das riquezas e que cheguemos ao patamar a que nos cabe aspirar no contexto das nações – afirmou Suassuna.

### Arthur Virgílio



Célio Azevedo

### Senado “é para quem o ama, não para improvisados”

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse que o Senado é para os que realmente têm a vocação de amá-lo e não para aqueles que adquirem mandato de senador sem vocação política.

– Os que só conseguem acesso a esta Casa pelo improviso, em geral são narcisistas e morrem, como na mitologia, encantados com a própria beleza. Não honram sua passagem, serão avaliados e esquecidos, para que outros como eles não se atrevam a vir.

Segundo Virgílio, é preciso também que a população ame o Parlamento. Para ele, o Congresso não enfrenta crises, mas é seu processo de funcionamento que cria os colapsos e a desvalorização dos políticos.

### Serys Shlessarenko



Célio Azevedo

### Participação da mulher na Casa ainda é pequena

Na sessão em comemoração aos 180 anos do Senado, Serys Shlessarenko (PT-MT), que falou em nome do bloco de apoio ao governo, destacou a participação das mulheres na Casa. Ela lembrou que a primeira senadora foi eleita somente em 1979 e que ainda hoje é pequena a participação das mulheres no Parlamento: apenas 45 entre 513 deputados federais e dez entre 81 senadores.

Em seu discurso, a parlamentar afirmou que esses números já representam um avanço e que o Senado tem feito muito, não só pela emancipação das mulheres nesses 180 anos, mas também pelo Brasil como um todo.

– Mas ainda temos muito que fazer; há muito que avançar.

### Cristovam Buarque



Célio Azevedo

### Lembrança dos 118 anos da abolição da escravatura

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) lembrou, durante a sessão especial, que amanhã o Brasil também comemora 118 anos da Lei Áurea, embora o país ainda não tenha, segundo ele, completado a abolição da escravatura e a República.

Para Cristovam, enquanto houver ainda pessoas vivendo à margem da sociedade e uma classe imperial, o Brasil não terá completado essas fases.

– É hora de nos comprometermos com a possibilidade de completar a abolição da escravatura e a República. É hora de assumirmos um compromisso com a agenda social do nosso país – afirmou o senador, que falou pela liderança do PDT.



No exercício da Presidência da República, Renan Calheiros faz discurso contando como a Casa participou dos momentos difíceis do país

## Renan destaca postura firme do Senado durante crises

No exercício da Presidência da República – em razão da viagem do presidente Lula a Viena para participar da IV Cúpula da América Latina e Caribe-União Européia – Renan Calheiros participou da solenidade de celebração dos 180 anos do Senado e fez um discurso mostrando a importância da Casa nos momentos de crise.

Renan disse que, nas ocorrências de perigo e ruptura democrática, o Senado sempre representou o equilíbrio e soube reclamar a autonomia entre os Poderes, o respeito à oposição, a vigência dos direitos e das garantias individuais. E sublinhou que a Casa não mostrou hesitação na Revolução de 30, durante o Estado Novo, na morte de Getúlio Vargas, na implantação do Parlamentarismo

e nem mesmo na instauração do regime militar.

– Também nos momentos de renovação, particularmente nas Constituintes de 1946 e de 1988, o país contou com a colaboração decisiva do Senado para que os ideais de justiça social, de redistribuição de renda e de engrandecimento nacional prevalecessem. As eleições de 1984 foram outro marco na política nacional. A oposição, reunida em torno do Movimento Democrático Brasileiro – embrião do atual PMDB –, conquistou 16 das 22 cadeiras em jogo no Senado – ressaltou.

O presidente interino da República referiu-se ao fechamento do Congresso, em 1977, quando o governo Geisel criou os senadores biônicos. E observou que essa



Renan diz que CPIs e MPs não impedem o Senado de cumprir missão de legislar

força do Senado, também presente nos trabalhos constituintes, prevalece até hoje, intensificando sua vocação federalista.

No mesmo discurso, Renan lembrou que José Sarney, ao

Célio Azevedo

assumir o segundo mandato de presidente do Senado, em 2003, alertou para a necessidade de o Parlamento não aceitar nada que interfira nos procedimentos éticos que devem nortear sua conduta de transparência, moralidade e eficiência. Renan disse que esse alerta, mais do que nunca, se faz atual, diante da crise em que o Brasil está mergulhado há quase um ano.

– Mas olhar para o passado nos permite ver que as críticas feitas hoje ao Congresso têm como fonte o próprio império da democracia. E é com orgulho que reafirmamos, nesta data, a solidez de nossa democracia, que em momento algum foi abalada, mesmo com a avalanche de denúncias que surpreenderam e indignaram

o país – garantiu.

Renan disse que tinha a obrigação de conduzir as investigações das irregularidades de forma isenta e rigorosa e que, por isso, as CPIs contaram com seu apoio, sem que em razão disso, a Casa tenha deixado de cumprir seu papel de legislar.

– Apesar do abuso na edição das medidas provisórias, que trancaram 65 por cento de nossas sessões no ano passado, limpamos toda nossa pauta de votação e apreciamos mais de 2.800 iniciativas. Desde que foi promulgada a atual Constituição federal, em 1988, 2005 foi o primeiro ano em que as leis promulgadas de autoria do Congresso Nacional superaram as de autoria do Poder Executivo – destacou.

Alvaro Dias



Roosevelt Pinheiro

### Senado restabelece legitimidade das instituições

Para o líder do bloco parlamentar da Minoria, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), “o Senado é o cenário no qual a República revela uma de suas vertentes mais expressivas”.

Ao citar momentos da história da instituição, Alvaro afirmou que o Senado vem cumprindo papel também importante no momento político pelo qual o Brasil passa atualmente.

– No epicentro da crise moral e ética que se abateu sobre o país, a partir da eclosão dos escândalos que colocaram à mostra vetores sombrios de um relacionamento espúrio entre as esferas pública e privada, o Senado vem desempenhando um papel altamente relevante em prol do restabelecimento da legitimidade das instituições nacionais – disse o senador.

Eduardo Suplicy



Roosevelt Pinheiro

### Contraste de pontos de vista ensina muito aos senadores

Eduardo Suplicy (PT-SP), ao falar pela liderança de seu partido, disse que o convívio com parlamentares de diferentes partidos, e que já foram presidentes da República, ministros ou governadores, pode ser rico pelo contraste dos variados pontos de vista.

– Este é o extraordinário significado de ser senador. Temos a honra de interagir com pessoas experientes. Aprendemos muito uns com os outros. Esse contraste nos faz ver aspectos sobre os quais muitas vezes não havíamos pensado – observou o senador.

Suplicy brincou, dizendo que o desejo da oposição em ver o presidente da República no Senado foi realizado, já que a sessão especial contou com a presença do presidente em exercício, senador Renan Calheiros.

Magno Malta



Roosevelt Pinheiro

### Denúncias colocam os parlamentares numa vala comum

Em pronunciamento ontem, na sessão especial de comemoração aos 180 anos do Senado, o líder do PL, senador Magno Malta (ES), lembrou que as questões mais importantes do país passam pelo Senado.

Ele lamentou, no entanto, que as denúncias de corrupção no Poder Legislativo empurrem todos os parlamentares para uma vala comum, como se todos fossem iguais.

– Espero que os 180 anos do Senado sirvam como força revigorante para todos de bem – ensinou o parlamentar.

Para o senador Magno Malta, o aniversário do Senado é um momento de muita importância para ele, que, filho de uma faxineira, hoje é colega, no Parlamento, de pessoas ilustres.

Marcelo Crivella



Célio Azevedo

### Na Casa nasceu o espírito federativo do Brasil

O líder do PRB, Marcelo Crivella (RJ), afirmou que “no Senado nasceu o espírito federativo do Brasil”. Ele lembrou que a primeira sede do Senado foi no Rio de Janeiro e pediu permissão para, como representante do estado, “trazer um pouco da brisa do Rio para a homenagem”.

Crivella leu, em Plenário, uma canção que gravou em homenagem à Casa. A letra diz que “Aqui no Planalto Central do nosso país / há uma Casa para se ouvir o que o povo diz / e assim construir um Brasil mais feliz / Aqui é o lugar de quem sabe, do seu coração / que só a verdade é que pode curar os feridos da nossa nação / E há de brilhar nesta Casa a cruz de estrelas do nosso cruzeiro / pra que ninguém passe fome ou sinta vergonha de ser brasileiro”.

José Sarney



Célio Azevedo

### Nação se constituiu sob a égide do poder político

Ao enaltecer os 180 anos de criação do Senado, o senador José Sarney (PMDB-AP) salientou que duas instituições foram as principais responsáveis pela unidade do país e pela construção da nação brasileira: o poder moderador do imperador, há cerca de 200 anos, e a vitalidade do Senado.

– A data é extremamente significativa para o Brasil. O Senado é uma Casa extraordinária, que trabalha pelo interesse comum em favor do país.

Ele observou que poucos parlamentos do mundo têm a oportunidade de comemorar 180 anos de criação. Para ele, o fato ganha maior relevância quando se nota que a nação brasileira e suas instituições foram construídas sob a égide do poder político, “síntese de todos os Poderes”.



Roosevelt Pinheiro

Garibaldi: "Perdi a minha maior referência de homem público"

## Garibaldi exalta trajetória política de Aluizio Alves

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) homenageou ontem o ex-governador do Rio Grande do Norte Aluizio Alves, falecido no último sábado. Nascido em 11 de agosto de 1921, no município de Angicos (RN), Aluizio, que faleceu aos 84 anos, foi sepultado no domingo.

– Perdi minha maior referência de homem público. Sobrevivem, entretanto, o exemplo de vida, de devoção, e um verdadeiro sacerdote em favor de sua terra e seu povo – afirmou.

Garibaldi, que é sobrinho de Aluizio Alves, lembrou que a trajetória de vida de seu tio incluiu atividades como a de repórter, escritor, constituinte, deputado federal e ministro no governo José Sarney. O parlamentar disse que Aluizio foi um gestor público "incansável em busca de uma melhor convivência do homem com a seca".

## Heráclito Fortes quer investigar papéis da Previ

Heráclito Fortes (PFL-PI) quer que o Tribunal de Contas da União, a Secretaria de Previdência Complementar e a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado examinem documentos assinados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ). Os documentos, segundo ele, demonstram comprometimento do patrimônio da Previ em favor do Banco do Brasil.



Gerardo Magela

Aerus poderá ficar sem dinheiro para pagar os aposentados, adverte Paim

Medida visa equacionar o problema da ociosidade da rede hoteleira nacional no período da baixa estação, além de facilitar o acesso do trabalhador ao turismo interno

# Projeto estimula a concessão de vale-hospedagem a empregado

Projeto de lei que institui o vale-hospedagem, a ser fornecido pela empresa ao empregado para utilização em estabelecimentos nacionais, foi aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado. O objetivo da medida é estimular o turismo interno em períodos de menor demanda, com a concessão de vantagens na baixa estação.

Conforme o projeto (PLS 488/03), de iniciativa do senador Leonel Pavan (PSDB-SC), o benefício não terá natureza sala-

rial nem constituirá rendimento tributável. A proposta determina que as despesas realizadas pelo empregador com a concessão do vale serão deduzidas do Imposto de Renda. A dedução ficará limitada, isoladamente, a 4% do lucro tributável, e a 6% quando computados também os incentivos fiscais do Programa de Alimentação do Trabalhador e do Programa de Desenvolvimento Agropecuário.

O relator, senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL), apresentou duas emendas: uma para adequar

o projeto à Lei de Responsabilidade Fiscal por conta da renúncia de receita e outra para estabelecer o início da vigência. A matéria vai ao exame das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS).

– A proposição visa equacionar o problema da ociosidade da rede hoteleira e a conseqüente baixa rentabilidade do setor. Ao mesmo tempo em que estimula o aumento da demanda do turismo interno, facilita o acesso dos trabalhadores ao serviço de turismo – justificou Leonel Pavan.



Célio Azevedo

Emenda apresentada por Jereissati (E), também presidente da CDR, beneficia as áreas abrangidas pelas extintas Sudene e Sudam

## Fundo de turismo deverá ter nova fonte de recursos

Outra proposta aprovada pela CDR foi o substitutivo do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) a projeto do senador César Borges (PFL-BA) alterando o Decreto-Lei 1.439/75, que trata de incentivos fiscais para o turismo, e a Lei 9.825/99, que dispõe sobre o recolhimento da tarifa de embarque internacional.

A proposta cria nova fonte de recursos para o Fundo Geral de Turismo (Fungetur), com recolhimento do montante prove-

niente do aumento das tarifas de embarque internacional e de seu correspondente adicional tarifário. Emenda de Tasso Jereissati (PSDB-CE), aprovada mediante destaque – uma vez que havia sido rejeitada pelo relator –, destina 60% do montante arrecadado para as áreas abrangidas pelas extintas superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam), e os 40% restantes às demais regiões do Brasil. A matéria terá

decisão terminativa na CAE e foi analisada na CDR, a requerimento do senador Tasso Jereissati, que preside essa comissão.

Também foi acolhida pela CDR proposta de Jereissati que sugere a criação de um grupo de trabalho destinado a articular ações em comemoração ao Ano do Turismo no Brasil, celebrado em 2006. Leonel Pavan (PSDB-SC) fará parte da comissão, que contará com outros dois senadores, a serem ainda escolhidos.



Roosevelt Pinheiro

Augusto diz que é necessário aumentar verba para repressão ao turismo sexual

## Augusto pede mais ação no combate à prostituição infantil

Augusto Botelho (PDT-RR) conclamou os senadores a se engajarem na luta contra o turismo sexual e a prostituição infantil no Brasil. Ele enumerou ações que já são desenvolvidas pelo governo federal com esse objetivo, porém afirmou que é preciso investir mais na repressão desses crimes e na conscientização da sociedade.

Citando dados divulgados pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Augusto Botelho assinalou que a prostituição de crianças já se espalha por quase mil municípios brasileiros, mas ressaltou que programas mantidos pelo governo, com um orçamento anual de R\$ 24 milhões, combatem o crime em 315 cidades. Segundo o parlamentar, o Executivo também está empenhado em conscientizar empresários para que ajudem a coibir o turismo sexual.

## Gilvam cobra concurso para a Suframa

Gilvam Borges (PMDB-AP) cobrou a realização de concurso público para suprir o quadro de pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). De acordo com o senador, a estrutura de recursos humanos da Suframa não evoluiu como o próprio órgão, que, apesar de suas várias atribuições, teria hoje apenas 845 funcionários, entre servidores e contratados.

## Paim acha que proposta feita pelos credores poderá salvar a Varig

Paulo Paim (PT-RS) relatou da tribuna o resultado da última reunião de credores da Varig, que produziu propostas para salvar a empresa. Segundo o senador, a companhia aérea poderá ser dividida em duas, sendo que uma das novas empresas ficaria com as dívidas,

enquanto a outra seria vendida em leilão, a ser realizado em 60 dias.

– Tenho certeza de que a Varig, um ícone da aviação, continuará voando – disse.

Paim acrescentou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

deverá disponibilizar empréstimo de R\$ 400 milhões para os investidores.

O parlamentar manifestou, entretanto, preocupação com o futuro do fundo de pensão dos funcionários da Varig, o Aerus. Ele advertiu que, a partir de

outubro, os aposentados e pensionistas do fundo poderão não mais receber seus benefícios. A seu ver, o processo de reestruturação da empresa deveria incluir o Aerus. Paim recebeu apertes de Pedro Simon (PMDB-RS) e Romeu Tuma (PFL-SP).